Fórum das Entidades Sindicais do Paraná

RELATÓRIO FISCAL DO 2º. QUADRIMESTRE CONFIRMA AS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DOS REAJUSTES SALARIAIS AOS(ÀS) SERVIDORES(AS)

Os(as) Servidores(as) do Poder Executivo do Estado não receberam os reajustes da inflação referentes à data-base de 2019 (4,94%) sob a alegação de que o crescimento da receita não comportaria o aumento dos investimentos com pessoal e que o reajuste levaria o índice acima do limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF (46,5%).

A divulgação do relatório fiscal do segundo quadrimestre demonstra que havia condições de conceder o reajuste de 4,94% em maio de 2019.

O que os dados do relatório de prestação de contas relativo ao segundo quadrimestre revelam:

RECEITAS CORRENTES

1. A SEFA tinha estimado Receita Corrente Líquida aumentando 1,43% e depois chegou a rever o crescimento para 1,14%, contingenciando o orçamento em 20%;
2. A assessoria econômica do FES estimou crescimento de 6%;
3. O resultado dos doze meses encerrado em agosto registra variação de 4,80%;
4. Se computados diferenças das transferências correntes da União – repasse em dobro do SUS em janeiro de 2018 de R$ 128 milhões; perda com Lei Kandir de R$ 96 milhões; perda com a CIDE R$ 34 milhões; perda com IPI-Exportação em R$ 30 milhões, totalizando R$ 288 milhões, o crescimento da receita chegaria em 5,6%;

GASTO COM PESSOAL

1. Governo estimou crescimento do Gasto com Pessoal em 7,28% (considerando 0% de reajuste) e 11,43% com o reajuste;
2. O FES estimou em 4,8%;
3. O relatório revela que esse crescimento nos doze meses encerrado em agosto ficou muito abaixo dessas estimativas, cresceu 1,72%;

4. A folha de pagamento do pessoal ativo caiu 4,84%, o Governo gastou R$ 727 milhões menos com Pessoal;

5. O item que mais subiu no Gasto com Pessoal foi terceirização, que apresentou variação de 115%;

GASTO COM APOSENTARIAS E PENSÕES

1. A estimativa do gasto com aposentadoria e pensões era de crescimento de R$ 700 milhões;

2. O relatório fiscal aponta para crescimento de R$ 400 milhões, dentro da média dos últimos anos e bem abaixo dos R$ 700 milhões, esse número deve aumentar no último quadrimestre, mas deve ficar abaixo dos R$ 700 milhões previstos;

ÍNDICE FISCAL DE GASTO COM PESSOAL

1. O Governo estimou que o índice do Gasto com Pessoal encerraria o exercício fiscal em 45,5% (sem considerar reajuste da data base), portanto acima do limite prudencial, essa foi a principal argumentação para sustentar a não concessão do reajuste;

2. O índice fiscal fechou os doze meses em agosto em queda, em agosto de 2018 o índice ficou em 46,15%, em agosto de 2019 o índice caiu para 44,78%, bem abaixo do limite prudencial (46,55%).

Cid Cordeiro Silva
Economista/ Assessor Econômico do FES.

Coordenação do Fórum das Entidades Sindicais

Curitiba, 30 de setembro de 2019